



## **Santiago do Chile, 15 de junho de 1973: morte e esquecimento de um exilado político nas páginas da imprensa brasileira<sup>1</sup>**

Maurício BRUM<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### **Resumo**

Através da análise do conteúdo de seis jornais brasileiros de grande circulação, durante a segunda quinzena de junho de 1973, observou-se o noticiário a respeito do assassinato do exilado político Nilton Rosa da Silva, morto em Santiago do Chile no dia 15 daquele mês. Constatou-se que, num contexto de censura, autocensura e repressão, os diários analisados tiveram sua cobertura prejudicada sobretudo pela extrema dependência do material de agências de notícias, o que não permitiu um aprofundamento no caso. Para esta análise, foram consultados os acervos de *Correio do Povo* e *Zero Hora*, em Porto Alegre, de *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e de *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, na capital paulista.

**Palavras-chave:** Agências de notícias; Autocensura; Imprensa brasileira; Nilton Rosa da Silva.

### **1. Introdução: um brasileiro assassinado em Santiago**

No final da tarde de 15 de junho de 1973, uma sexta-feira chuvosa na capital do Chile, o estudante brasileiro Nilton Rosa da Silva caiu numa esquina do centro da cidade, fulminado por um tiro na cabeça disparado em meio a uma série de conflitos e manifestações políticas que ocorriam naquela tarde. Dali, onde as ruas San Martín e Agustinas se cruzavam, levaram-no às pressas ao Hospital de Neurocirurgia de Santiago, onde sua morte foi oficialmente declarada. Nilton tinha 24 anos de idade, os dois últimos vividos em solo chileno.

Após partir para o exílio político, em 1971, o brasileiro passou a estudar Pedagogia na Universidade do Chile. Natural de Cachoeira do Sul (RS), ele havia militado no movimento estudantil antes de sair do Brasil, chegando a integrar a direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), no biênio 1967/68 (LISBÔA,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Discente do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mauribrum@gmail.com



2010, p. 287). No Chile, identificou-se rapidamente com as mobilizações dos estudantes locais, passando a integrar o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), fundado em 1965 na Universidade de Concepción e considerado um grupo de extrema-esquerda. O Chile então era visto como um reduto de relativa tradição democrática num continente repleto de ditaduras encabeçadas pelas Forças Armadas, e passou a atrair ainda mais exilados políticos após a vitória do socialista Salvador Allende, eleito presidente em setembro de 1970.

Acredita-se que Nilton Rosa da Silva tenha sido assassinado por membros da *Frente Nacionalista Patria y Libertad*, um grupo de ultradireita que buscava a destituição de Allende. Naquele dia, uma marcha de oposição ao governo teve lugar em Santiago, escoltada em diversos setores da cidade por membros do *Patria y Libertad*. Simultaneamente, diversos militantes de organizações esquerdistas – incluindo o MIR – também foram às ruas manifestar-se de modo favorável à administração allendista. Em meio aos conflitos que se seguiram, mais de 60 pessoas ficaram feridas, e Nilton acabou baleado na cabeça. Seu cortejo fúnebre, dois dias após o assassinato, converteu-se em acontecimento político, com participação massiva de diferentes partidos de esquerda, num momento em que se percebia que as ameaças de um golpe de Estado eram crescentes.

Neste artigo, será analisado o conteúdo publicado por seis jornais brasileiros durante o mês de junho de 1973, de modo a observar as repercussões que a morte e o funeral de Nilton Rosa da Silva tiveram, à época, na imprensa de seu país natal.

## **2. O governo Allende em sua crise final**

Naquele momento de 1973, o Chile estava a menos de três meses de viver o golpe de Estado que terminaria colocando Augusto Pinochet no poder. Não havia, ainda, como prognosticar uma data, e nem mesmo era possível afirmar com certeza que uma sublevação militar ocorreria no país em breve, pondo um fim violento à experiência de implantar um modelo de socialismo usando o regime legal democrático, que movera as promessas de Salvador Allende. Mas, àquela altura, os sinais de uma crise difícil de ser contornada eram cada vez mais evidentes, compondo um cenário em que um golpe era uma ameaça palpável. O mercado interno sofria um brutal desabastecimento de alimentos e combustível; os conflitos ideológicos travavam o debate entre os partidos governistas e a oposição, paralisando o estado; grupos extremistas de esquerda e direita entravam repetidamente em confrontos armados nas



ruas e o *Patria y Libertad* cometia rotineiros atentados terroristas; uma inflação galopante somava-se a greves patronais e a pressões externas, sobretudo dos Estados Unidos (VERDUGO, 2003), criando um clima de franca sedição.

Eleito à presidência três anos mais cedo, à frente da *Unidad Popular* (UP), coligação encabeçada pelos Partidos Socialista e Comunista, Allende governou sem maioria absoluta desde o início – fora eleito com pouco mais de 36% dos votos e, como não existia segundo turno, precisou ter sua posse confirmada por uma votação extra no Congresso. Apesar das evidentes dificuldades causadas por essa situação minoritária, a UP empenhou-se em colocar seu programa em prática de modo tão célere quanto possível, intensificando a reforma agrária, nacionalizando o setor bancário, estatizando empresas mineradoras até então em mãos de companhias norte-americanas e iniciando, inclusive, uma inédita socialização de fábricas<sup>3</sup>. Fidel Castro visitou o Chile no final de 1971, em sua primeira viagem a uma nação latino-americana desde o início do embargo dos Estados Unidos. Sob Allende, o Chile declarou-se uma “nação não alinhada<sup>4</sup>”, estreitando relações diplomáticas não apenas com a ilha caribenha, mas também com outras nações socialistas, como a Alemanha Oriental, a China, o Vietnã do Norte e a Coreia do Norte (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 256).

Tamanha rapidez nas reformas sociais, econômicas e políticas cobraria seu preço ao governo: após um animador crescimento registrado no primeiro ano de gestão, a economia chilena começou a declinar – em parte pela incapacidade prática do Estado de absorver tantos empreendimentos em tão pouco tempo, em parte pelo bloqueio de créditos internacionais liderado pelos Estados Unidos que, somados à abrupta queda do preço do cobre (principal produto de exportação chileno), levaram as finanças públicas a uma situação crítica. Internamente, crises artificiais ajudaram a impulsionar as dificuldades reais, como a greve dos proprietários de empresas transportadoras ocorrida em outubro de 1972, que provocou grande escassez de alimentos no Chile, levando ao açambarcamento por parte dos armazéns e acelerando a inflação (WINN, 2010, p. 154). Já neste movimento de outubro, quando o governo instituiu uma cadeia nacional de rádio em regime de emergência, uma das emissoras oposicionistas saiu da rede e rodou

---

<sup>3</sup> A primeira planta fabril expropriada foi a Têxtil Bellavista, na cidade de Tomé, em 02/12/1970 (menos de um mês após a posse de Allende). A história do estabelecimento é recuperada por Sebastián Pérez Lizana et al., 2010.

<sup>4</sup> Concebido em 1961 pelas lideranças de Egito, Gana, Índia, Indonésia e Iugoslávia, o Movimento dos Países Não Alinhados defendia uma relativa equidistância de seus membros em relação a Estados Unidos e União Soviética, as superpotências em conflito na Guerra Fria.



no ar mensagens sediciosas, conclamando a população a se levantar contra o governo (PRATS GONZÁLEZ, 1985, p. 305).

Em março de 1973, a oposição perdeu sua última chance de destituir a *Unidad Popular* pelos meios legais: sem conseguir atingir dois terços dos assentos no Congresso, não tinha a maioria necessária para forçar um processo de *impeachment* contra Allende. Aquele seria o último pleito em nível nacional antes de 1976, quando o mandato da UP se encerraria, e o resultado das votações gerou um impasse político que culminaria com o golpe de Estado: a oposição não tinha quórum para derrubar Allende, enquanto o governo, embora tivesse representantes suficientes para se manter, não tinha condições de levar adiante nenhum projeto (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 401). As crises se agravaram nos meses após as eleições e, em junho de 1973, uma das questões prementes era uma nova greve com potencial de desestabilizar o governo: a paralisação parcial da mina de *El Teniente*.

Importante jazida cuprífera localizada em Rancagua, cidade situada 85 quilômetros ao sul de Santiago, *El Teniente* era uma das minas nacionalizadas pelo governo ainda em seu primeiro ano de mandato. A greve, iniciada em 19 de abril, já durava havia quase dois meses inteiros e ainda seguiria até os primeiros dias de julho. Embora não tivesse adesão plena entre os mineiros, a suspensão de parte das atividades em Rancagua causaria um prejuízo superior a 60 milhões de dólares à economia nacional, em valores da época (TOURAINÉ, 1974, p. 21), num momento em que o Chile dependia enormemente das divisas geradas pela exportação do cobre. Assim, milhares de trabalhadores grevistas marcharam sobre Santiago no dia 15 de junho de 1973 para reclamar, entre outras demandas, uma reposição salarial de 41%, como forma de amenizar as perdas causadas pela inflação.

Muito se debateu se aquela paralisação tinha ou não caráter patronal – ou seja, se havia sido insuflada pela oposição apenas como forma de atingir o governo. A posição de diálogo adotada por Allende desagradou a maioria das lideranças da *Unidad Popular*, que consideravam a greve uma manobra orquestrada pelos partidos de oposição e sem base nas demandas dos sindicatos mineiros. O presidente sentou-se para negociar com o movimento no próprio dia 15, mas, a julgar pelos comentários feitos naqueles dias, seu pensamento não se distanciava tanto daquele mantido pela cúpula da UP. Sobre os funcionários paralisados, declarou à revista norte-americana *Newsweek*: “é um setor minoritário, composto não apenas de trabalhadores [mineiros]. Os grevistas



são na maioria escriturários<sup>5</sup>”. Os partidos de oposição, no entanto, apresentavam números diferentes. O senador Patricio Aylwin, que presidia o Partido Demócrata Cristão (PDC), afirmou que “não era verdade que a maioria dos mineiros de *El Teniente* já se haviam reintegrado ao trabalho. [Segundo ele,] cerca de 9.000 dos 13.000 empregados continuavam em greve” (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 448).

Diante desse enfrentamento, as polarizações políticas imediatamente se refletiram nas reações das militâncias quanto à greve e, em particular, sobre a marcha de 15 de junho: militantes de siglas de oposição, como o PDC e o Partido Nacional (PN), abraçaram a manifestação, enquanto membros dos partidos da UP tomaram as ruas para defender o governo. Nas duas pontas do espectro político, organizações extremistas se envolveram e entraram em conflito: à direita, o principal grupo envolvido era a *Frente Nacionalista Patria y Libertad*, que vinha praticando atentados com o objetivo de derrubar Allende<sup>6</sup>, ao passo que à esquerda se destacava o MIR, que originalmente pregava a revolução socialista sem descartar a luta armada (NARANJO, 2004, p. 99-105) e, após a vitória democrática de Allende, passou a exercer uma posição ambígua no cotidiano político do país<sup>7</sup>.

Sem grande destaque pessoal dentro do MIR, Nilton Rosa da Silva envolveu-se nos conflitos daquele dia como um militante a mais, convertendo-se numa vítima accidental. Entretanto, sendo o único falecido naquela jornada e, mais ainda, por conta de sua nacionalidade, sua morte atraiu certa atenção da imprensa brasileira, cujo noticiário sobre o assunto será analisado a seguir.

### **3. Nilton ou Milton? – A cobertura da imprensa brasileira**

Os principais jornais brasileiros acompanharam diariamente o desenrolar dos acontecimentos no Chile, relatando o avanço da crise política e as mobilizações dela decorrentes. Para a análise aqui proposta, foram selecionados seis jornais de grande

---

<sup>5</sup> Entrevista de Salvador Allende a Bruce van Voorst, da revista Newsweek, republicada por Veja, São Paulo, 27 jun. 1973, p. 48-49.

<sup>6</sup> Um importante trabalho sobre a ideologia e as ações do Patria y Libertad é o de Manuel Salazar (2007), composto a partir dos depoimentos de um dos líderes da organização, o empresário Roberto Thieme.

<sup>7</sup> Militantes do MIR chegaram a integrar a escolta pessoal de Salvador Allende, mas já em novembro de 1971 haviam se desligado. Max Marambio (2007), que abandonou o MIR para seguir na escolta, relata que a organização nunca pretendia se aliar diretamente à *Unidad Popular* e, de fato, teria esperado a derrota eleitoral da UP, crendo que isso fortaleceria a tese da necessidade de uma luta armada para alcançar o socialismo. Ainda assim, a proximidade inicial de Allende com miristas seria suficiente para, posteriormente, o governo de Pinochet alegar a existência de um plano para usar o MIR em um “autogolpe” que permitisse à UP se eternizar no poder (SECRETARÍA..., 1973, p. 21-7). A CIA, por sua vez, considerava o MIR um braço do governo para realizar ações encobertas, podendo apressar projetos que não pudessem ser implementados apenas usando a legislação pré-existente (BASSO PRIETO, 2013, p. 223).



circulação sediados em três capitais distintas: os cariocas *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, consultados através do acervo digitalizado da Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>8</sup>, os paulistanos *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, consultados nos acervos digitais mantidos pelos próprios jornais em suas páginas na Internet<sup>9</sup>, e os gaúchos *Correio do Povo* e *Zero Hora*, os diários de maior circulação no estado natal de Nilton Rosa da Silva, cujas edições impressas foram consultadas nos arquivos mantidos pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre. O período observado na pesquisa corresponde às edições da segunda quinzena de junho de 1973, durante a qual o Chile recebeu mais destaque que o usual nas editoriais internacionais.

Convém aqui ressaltar que, nessa quinzena, a incidência de notícias a respeito da situação chilena teve dois picos, motivados por razões diferentes, ainda que os dois fatos tivessem relação entre si: a primeira onda de notícias vindas de Santiago aconteceu logo após os confrontos do dia 15, que vitimaram Nilton; a segunda fase em que os jornais dispensaram grande atenção ao Chile ocorreu no final do mês, depois de uma tentativa frustrada de golpe de Estado ocorrida no dia 29. Este segundo evento, embora fundamental para compreender o contexto chileno prévio ao golpe (este, sim, vitorioso) de 11 de setembro de 1973, extrapola o objetivo do presente artigo e não terá seu noticiário analisado neste momento, uma vez que Nilton não voltou a ser citado na ocasião.

Dentro desse *corpus*, percebe-se imediatamente que a atenção conferida à morte de Nilton foi bastante desigual em termos de volume de conteúdo. O *Correio da Manhã*, por exemplo, que já vivia as dificuldades que levariam ao seu fechamento no ano seguinte, não menciona o falecimento do brasileiro em momento algum. Enquanto isso, seu concorrente no mercado carioca, o *Jornal do Brasil*, é o que traz o noticiário mais completo e duradouro a respeito do assunto, em relação a todos os demais analisados. Se as outras publicações apenas mencionarão – de passagem – o acontecimento em suas edições datadas de 17 de junho, o *JB* tocará no tema em três edições diferentes.

O *Jornal do Brasil* foi o primeiro diário a noticiar o assassinato de Nilton Rosa da Silva, e o único dentre os consultados a fazê-lo ainda em 16 de junho, um sábado – dia imediatamente posterior ao fato. Apesar de curta, esta nota também foi uma das que recebeu maior destaque na imprensa, ocupando uma chamada de capa. Sob o título

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. O acesso é gratuito e irrestrito.

<sup>9</sup> O acervo do *Estadão* está disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/>> e o da *Folha* está disponível em <<http://acervo.folha.com.br/>>. As duas publicações impõem limitações quanto ao número de páginas ou edições que podem ser vistas por usuários não assinantes do jornal.

“Choque de rua mata um e fere 64 em Santiago” (Figura 1), vinham as primeiras informações sobre o caso:

Um estudante morreu – o brasileiro Nilton Rosa, 24 anos, que pertencia ao Movimento de Esquerda Revolucionaria (MIR) – e outras 64 pessoas ficaram feridas num choque entre estudantes que apoiam o Governo do Presidente Salvador Allende e grupos da Oposição, que se encontraram a dois quarteirões do Palácio de la Moneda, em Santiago, solidarizando-se com os grevistas da mina de cobre de El Teniente. (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 jun. 1973, p. 1)

A notícia prosseguia na página 8 daquela edição, sem, no entanto, voltar a mencionar Nilton. Mais informações seriam dadas no dia seguinte. Os demais jornais que se referiram à morte do exilado brasileiro só o faziam em suas edições dominicais, datadas de 17 de junho, e o próprio *JB* voltou a escrever a respeito. Em sua segunda nota sobre o tema, acrescentava novas informações: que Nilton era estudante de Pedagogia na Universidade do Chile e que residia naquele país “há um ano e meio, desde que fugiu do Brasil por razões políticas” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 jun. 1973, p. 8). Citando informações oriundas do MIR, afirmava ainda que ele havia pertencido “a um grupo subversivo no Brasil” (ibidem).

As outras publicações que foram para as bancas de jornal naquele dia se limitaram a notas muito parecidas a essa. O *Correio do Povo*, publicado então em formato standard, noticiou na capa: “Blindados e gases contra grevistas na principal avenida de Santiago”. A referência à morte de Nilton da Silva veio no último intertítulo da matéria – “Brasileiro morto” – e praticamente não se diferenciava, em conteúdo, do que trazia o *Jornal do Brasil*. O único fato novo era a pormenorização das circunstâncias de sua morte, indicando que o brasileiro teria morrido apenas “horas depois” do tiro, quando já se encontrava “no Hospital de Neurocirurgia” de Santiago (Correio do Povo, Porto Alegre, 17 jun. 1973, p. 1). Esta informação também apareceu em *O Estado de São Paulo*, em uma nota intitulada “Esquerdista morto era asilado” (Figura 2). O teor da nota em nada se diferenciava das demais, mas trazia dois equívocos grosseiros, tanto no nome de Nilton (que apareceu como “Milton Santos da Silva”), quanto na sua idade (noticiada como 22 anos ao invés de 24, o correto, uma vez que ele havia nascido em 2 de fevereiro de 1949):

O estudante brasileiro que morreu baleado durante os distúrbios ocorridos sexta-feira em Santiago era um asilado político, que chegou



ao Chile há um ano e meio. O estudante – identificado como Milton Santos da Silva [sic], de 22 anos [sic] – cursava a Faculdade de Pedagogia da Universidade do Chile. Era militante de uma organização extremista brasileira e, ao chegar ao Chile, filiou-se à organização de extrema-esquerda denominada Movimento de Esquerda Revolucionária. Foi atingido por um tiro na testa quando se dirigia com outros companheiros para o Palácio de La Moneda e morreu, horas depois, no Hospital de Neurocirurgia de Santiago. (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1973, p. 7)

Em uma nota muito menos completa, a *Folha de São Paulo* desse dia também fez menção ligeira ao falecimento, cometendo um erro semelhante ao de *O Estado* e se referindo ao militante exilado como sendo “Milton da Silva<sup>10</sup>”.

No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* seguiu sem noticiar o acontecido em suas notas sobre o Chile. No caso do porto-alegrense *Zero Hora*, não foi possível constatar o modo como a morte foi tratada – ou, mesmo, se chegou a ser noticiada –, visto que a edição de 17 de junho não constava no acervo a que tive acesso. Nos demais dias daquela semana, porém, esse jornal gaúcho manteve uma cobertura diária dos acontecimentos chilenos, mas não citaria Nilton Rosa da Silva em momento algum.

Nem *Zero Hora* nem qualquer outro periódico analisado voltaria a se referir ao caso após o dia 17, com o já referido *Jornal do Brasil* sendo a solitária exceção. Em 18 de junho, segunda-feira, a publicação ainda repercutia os violentos acontecimentos da semana anterior em Santiago, sem esquecer totalmente do brasileiro que havia aparecido anteriormente em suas páginas: em poucas linhas, o *JB* noticiou que Nilton havia sido enterrado na véspera no Cemitério Geral de Santiago, sem trazer, contudo, mais detalhes a respeito do sepultamento. Ainda assim, houve espaço para outro dado ignorado pelas notícias anteriores – suas e de outros jornais –, destacando que o exilado era natural do Rio Grande do Sul. Esta informação, porém, não mudaria a atenção dos jornais gaúchos em relação ao caso.

Nesta última nota do *JB* (Figura 3), o sobrenome do estudante apareceu invertido, como “Nilton da Silva Rosa”. Esta inversão, que seguiria sendo reproduzida em jornais chilenos e brasileiros, deve-se ao formato hispânico de escrita de sobrenomes, no qual o sobrenome paterno vem primeiro. Por vários anos, essa duplicidade dificultou a busca por localizar o sepulcro do brasileiro no Cemitério Geral de Santiago, levando a acreditar que os restos mortais de Nilton teriam sido removidos

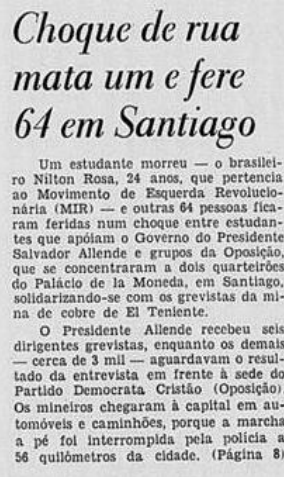
---

<sup>10</sup> Este equívoco continuaria se reproduzindo e, talvez não por casualidade, voltaria a aparecer em outro veículo de São Paulo: na introdução de uma entrevista concedida por Salvador Allende, a revista *Veja* citou brevemente a morte do brasileiro e se referiu a ele como *Milton* da Silva Rosa (*Veja*, São Paulo, 27 jun. 1973, p. 48).



durante a ditadura de Augusto Pinochet. Por fim, descobriu-se que seu túmulo continuava existindo e só não havia sido encontrado antes por estar registrado segundo o costume da língua espanhola: “Nilton da Silva Rosa” e não Nilton Rosa da Silva, como seria o correto.

Figura 1 – Detalhe da primeira página do *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1973.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira<sup>11</sup>.

Figura 2 – Detalhe de *O Estado de São Paulo*, página 7, 17 jun. 1973.



Fonte: Acervo Estadão<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 10 jun. 2013.

Figura 3 – Detalhe do *Jornal do Brasil*, página 2, 18 jun. 1973.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira<sup>13</sup>.

#### 4. A (des)informação de um jornalismo dependente das agências de notícias

Nos dias que se seguiram ao assassinato de Nilton Rosa da Silva, dois fatos ocuparam o noticiário político com grande destaque na imprensa brasileira. Na editoria internacional, os jornais passaram a dar atenção aos preparativos – e, a seguir, às consequências – do aguardado retorno de Juan Domingo Perón à Argentina, após dezoito anos de exílio. Nas seções de política nacional, com o Brasil vivendo sob o jugo da ditadura civil-militar instaurada em abril de 1964, o grande acontecimento era o anúncio de Ernesto Geisel como sucessor de Emílio Garrastazu Médici, confirmado no dia 18 de junho de 1973 e acompanhado por uma reticente expectativa de reabertura democrática. Mesmo no que dizia respeito às notícias vindas do Chile, em pouco tempo os acontecimentos que culminaram com a morte de Nilton passaram a um segundo plano, quando, no dia 29 daquele mês, um solitário regimento de blindados tentou executar um quixotesco golpe de Estado contra Allende e terminou derrotado – não sem antes gerar um conflito com o pesado saldo de 22 mortos nos arredores do palácio de governo.

Diante da magnitude e relevância dos acontecimentos que concorriam por um disputado espaço nas páginas dos jornais, não chegaria a surpreender que a manifestação dos mineiros de *El Teniente* em 15 de junho tenha se tornado um assunto

<sup>12</sup> Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19730617-30128-nac-0007-999-7-not>> Acesso em 17 fev. 2014.

<sup>13</sup> Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 11 jun. 2013.



velho na cobertura noticiosa. No entanto, o fato de aqueles conflitos terem gerado a morte de um brasileiro faz, sim, saltar aos olhos o rápido silêncio que deu sequência às poucas notas sobre Nilton Rosa da Silva. Com efeito, tratava-se de um exilado político, um militante de extrema-esquerda, e no contexto de censura e repressão vivido pelo Brasil certamente não era o tipo de indivíduo que o governo militar gostaria de ver transformado em um “personagem” ou, muito pior, num “mártir”. No entanto, reduzir a deficiência do noticiário apenas a isso parece-me insuficiente. Dos jornais consultados, *O Estado de São Paulo* é o único que disponibiliza para fácil acesso o conjunto de seu material censurado, e a nota sobre Nilton não está entre as páginas que receberam o carimbo do censor exigindo reescrita. Isso não é o bastante para comprovar, mas nos oferece um bom indício, de que provavelmente a mesma tolerância tenha ocorrido com as demais publicações, que lançaram notas tão parecidas umas com as outras.

Deixando de contemplar a hipótese de censura, pode-se questionar: não terá sido, então, uma autocensura dos jornais em questão, evitando tocar num assunto que poderia se tornar espinhoso? À primeira vista, esta explicação soa como mais plausível, mas, pela subjetividade que implica, é muito mais difícil de ser comprovada. Anne-Marie Smith (2000, p. 41) ressalta que, embora considere o termo “autocensura” inadequado (pois “foi imposta pelo regime, e não pelos censurados a si próprios”), o que se verificou na prática foi que “a imprensa obedeceu quase sem resistência. A responsabilidade relativa pela censura fica, então, difícil de discernir”. Deste modo, mesmo que não tenha pesado o carimbo do censor – isto é, do funcionário do Estado cuja função era precisamente definir o que não poderia ser publicado –, o costume já arraigado na redação dos jornais em relação ao que era permissível levar a público naquele contexto poderia ter reduzido o interesse em dar mais destaque à história de Nilton. Como destaca Bernardo Kucinski (2002, p. 538), a autocensura é “um ato consciente” e tem o objetivo também consciente de “dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la”.

Não se descarta a hipótese da autocensura tolhendo parte das informações e evitando que os jornais publicassem, por exemplo, pormenores sobre a vida pregressa de Nilton Rosa da Silva no Brasil. Sua militância no movimento estudantil gaúcho nunca é mencionada e ele é apenas descrito vagamente como alguém que teria estado em “um grupo subversivo” antes do exílio. No entanto, a explicação para o pouco aprofundamento do noticiário observado nos exemplos acima pode se dever a uma questão de ordem muito mais prática: as dificuldades de os jornais, à época, realizarem



uma cobertura internacional independente das agências de notícias estrangeiras. Mesmo hoje, apesar das facilidades trazidas pela Internet, a presença do material produzido por essas empresas ainda ocupa grande parte do noticiário, e não apenas nos veículos impressos (PATERSON, 2005). Quatro décadas atrás, a dificuldade de se desvencilhar do material das agências era ainda maior, pelo menos no que diz respeito aos jornais brasileiros.

Escrevendo na época, Albert Hester (1974, p. 82) trazia um dado relevante para essa argumentação: quase metade dos jornais dos Estados Unidos mantinha suas editorias internacionais apenas com informes da *Associated Press* (AP), e outros 20% o faziam usando material da AP em conjunto com o de outras agências de notícias. Na essência do dado, isso significava que mais de dois terços dos diários norte-americanos simplesmente não possuía correspondentes internacionais próprios, uma proporção que – embora não haja dados fiáveis – provavelmente era ainda maior no Brasil, mesmo entre os grandes jornais, que só enviavam repórteres ao exterior em situações extraordinárias, e muito raramente o faziam quando o foco da notícia era outro país latino-americano.

Ainda que nem todos os jornais consultados citassem explicitamente a agência responsável por cada nota publicada em suas páginas, alguns efetivamente o faziam. A enorme semelhança no teor dos textos, principalmente quanto à pouca profundidade nas informações sobre a morte de Nilton Rosa da Silva, permite identificá-los como procedentes de agências de notícias mesmo quando isso não é afirmado claramente. Assim, à parte dos impedimentos habituais do contexto de ditadura para publicar certas informações, bem como os elevados custos de uma bancar uma cobertura internacional própria, o que pesou na falta de mais notícias sobre Nilton foi menos um eventual desinteresse dos jornais brasileiros, e mais a ausência de informações vindas das agências das quais eles dependiam. Relevante para o público brasileiro, o assassinato de um compatriota no exterior talvez simplesmente não tivesse o mesmo apelo para as empresas produtoras de conteúdo que precisavam enviar, desde o Chile, um material genérico a ser consumido pelo mundo inteiro.

Alguns aspectos do acontecimento foram completamente ignorados pela imprensa naqueles dias. Segundo numerosos relatos de testemunhas, o funeral de Nilton Rosa da Silva não somente foi um fato político – reunindo militantes do MIR e de partidos da UP, numa união que era incomum, dado o estigma do mirismo como extremista –, numa tentativa de demonstrar resistência e união contra as investidas da



oposição: também teria sido uma marcha multitudinária. Escrevendo quase quarenta anos depois, Raul Ellwanger (*Zero Hora*, Porto Alegre, 11 set. 2012, p. 18) sugeriu que mais de 100 mil pessoas teriam acompanhado o cortejo fúnebre do brasileiro. Amy Conger (2010), fotógrafa estadunidense que se encontrava em Santiago no dia do funeral – 17 de junho – publicou em livro várias imagens das ruas tomadas por manifestantes, que acompanhavam o esquife empunhando bandeiras de partidos e gritando palavras de ordem.

De fato, apenas um dos seis jornais analisados – o *Jornal do Brasil* – chegou a informar sobre o enterro de Nilton, e mesmo assim não fez qualquer menção a uma comoção política nas ruas. Ainda assim, é significativo que o *JB* tenha trazido as informações mais acuradas e por um período de tempo mais extenso, que se estendeu por três edições, contra apenas uma (ou nenhuma) dos demais: dentre as publicações que citavam a origem de suas informações, era o jornal que baseava seus textos sobre o Chile no número mais diversificado de agências de notícias. Destaque-se, por exemplo, que coberturas mais rasas como a da *Folha de São Paulo* e a do *Correio da Manhã* basearam suas notas apenas em informes da AP, a primeira trazendo uma série de erros (até mesmo o nome de Nilton, grafado como Milton) e o segundo sequer mencionando o brasileiro falecido. O *Jornal do Brasil*, por outro lado, começava suas notas identificando três agências como fontes das informações: a *United Press International* (UPI), a *Agenzia Nazionale Stampa Assoziata* (ANSA) e a *Agence France-Presse* (AFP).

Mesmo numa cobertura totalmente indireta e dependente apenas de material vindo das agências, valer-se de um maior número de fontes contribuiu para que o *JB* pudesse contrastar as informações recebidas e produzir notas mais aprofundadas e completas – antes e depois de os demais jornais abandonarem o assunto.

## **5. Considerações finais**

Se o enterro de Nilton Rosa da Silva reuniu 100 mil pessoas nas ruas de Santiago ou não, é menos relevante do que a presença de militantes dos partidos da UP nas exéquias de um membro do MIR. Esse dado é significativo da interpretação daquele momento como uma manifestação política, tentando se contrapor à ameaça de golpe que muitos já viam no horizonte. Não estavam enganados: em 29 de junho, apenas duas semanas depois do tiro que derrubou Nilton, haveria a primeira tentativa – frustrada –



de derrubar Salvador Allende usando o aparato militar. Dois meses e meio mais tarde, em 11 de setembro, Augusto Pinochet coordenaria um movimento mais articulado que o de junho, conseguindo o objetivo de derrocar a UP, dando início a uma sangrenta ditadura.

Deste modo, a morte e funeral de Nilton podem ser representativos de algo muito mais amplo: um movimento da esquerda chilena buscando demonstrar força e união frente às investidas dos movimentos direitistas e conservadores, numa última tentativa de evitar um golpe violento. Através desta pesquisa, pudemos constatar que a imprensa brasileira da época, limitada ao conteúdo de agências de notícias, não teve condições de interpretar o significado da morte de Nilton Rosa da Silva dentro do momento vivido pelo Chile ou, mesmo, de aprofundar as notícias a respeito do estudante e de sua trajetória na militância política.

A cobertura, burocrática, listando informações muitas vezes equivocadas, aponta para a deficiência dos jornais brasileiros como fontes para elucidar o contexto do Chile, mesmo numa situação que envolvia diretamente um indivíduo saído do Brasil. A ausência de informações e a impossibilidade – fosse política, financeira ou técnica – de realizar uma cobertura própria, somadas ao fato de Nilton ter morrido num Chile ainda democrático, apesar de assassinado por grupos golpistas, fez mais do que deixar um vazio noticioso sobre seu assassinato. No longo prazo, contribuiria, também, para seu esquecimento na maioria das narrativas sobre o exílio e a repressão ocorridas no período.

## Referências

BASSO PRIETO, Carlos. **La CIA en Chile**. Santiago de Chile: Aguilar, 2013.

CONGER, Amy. **Nilton da Silva Rosa, June 17, 1973, Santiago**: “We Don’t Forget the Color of Blood”. Telluride: Nolvido Press, 2010.

ELLWANGER, Raul. Chile: 11 de setembro de 1973. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 set. 2012, p. 18.

HESTER, Albert L. The news from Latin America via a world news agency. **International Communication Gazette**, v. 20, n. 2, p. 82-98, 1974.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2002, p. 533-551.

LISBÔA, Susana Keniger. Anexo II – Rio Grande do Sul: Militantes Mortos e Desaparecidos. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande**





**do Sul (1964-1985):** história e memória, vol. 2, Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Corag, 2010, p. 267-301.

LIZANA, Sebastián Pérez et al. **Bellavista:** Memoria Oral de un Pueblo Industrial. Concepción: 2010.

MARAMBIO, Max. **Las armas de ayer.** Santiago de Chile: La Tercera, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos:** Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NARANJO, Pedro et al. **Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile:** Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR. Santiago de Chile: LOM, 2004.

PATERSON, Chris. News Agency Dominance in International News on the Internet. In: SKINNER, David et al (ed.). **Converging Media, Diverging Politics:** A Political Economy of News Media in the United States and Canada. Lanham: Lexington Books, 2005.

PRATS GONZÁLEZ, Carlos. **Memorias:** Testimonio de un soldado. 3.ed. Santiago de Chile: Pehuén, 1985.

SALAZAR, Manuel. **Roberto Thieme:** El Rebelde de Patria y Libertad. Santiago de Chile: Mare Nostrum, 2007.

SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. **Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile.** 2.ed. Santiago de Chile: Lord Cochrane, 1973.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado:** o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Vida e Morte do Chile Popular.** Amadora: Bertrand, 1974.

VERDUGO, Patricia. **Chile, 1973:** como os EUA derrubaram Allende. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena.** São Paulo: UNESP, 2010.